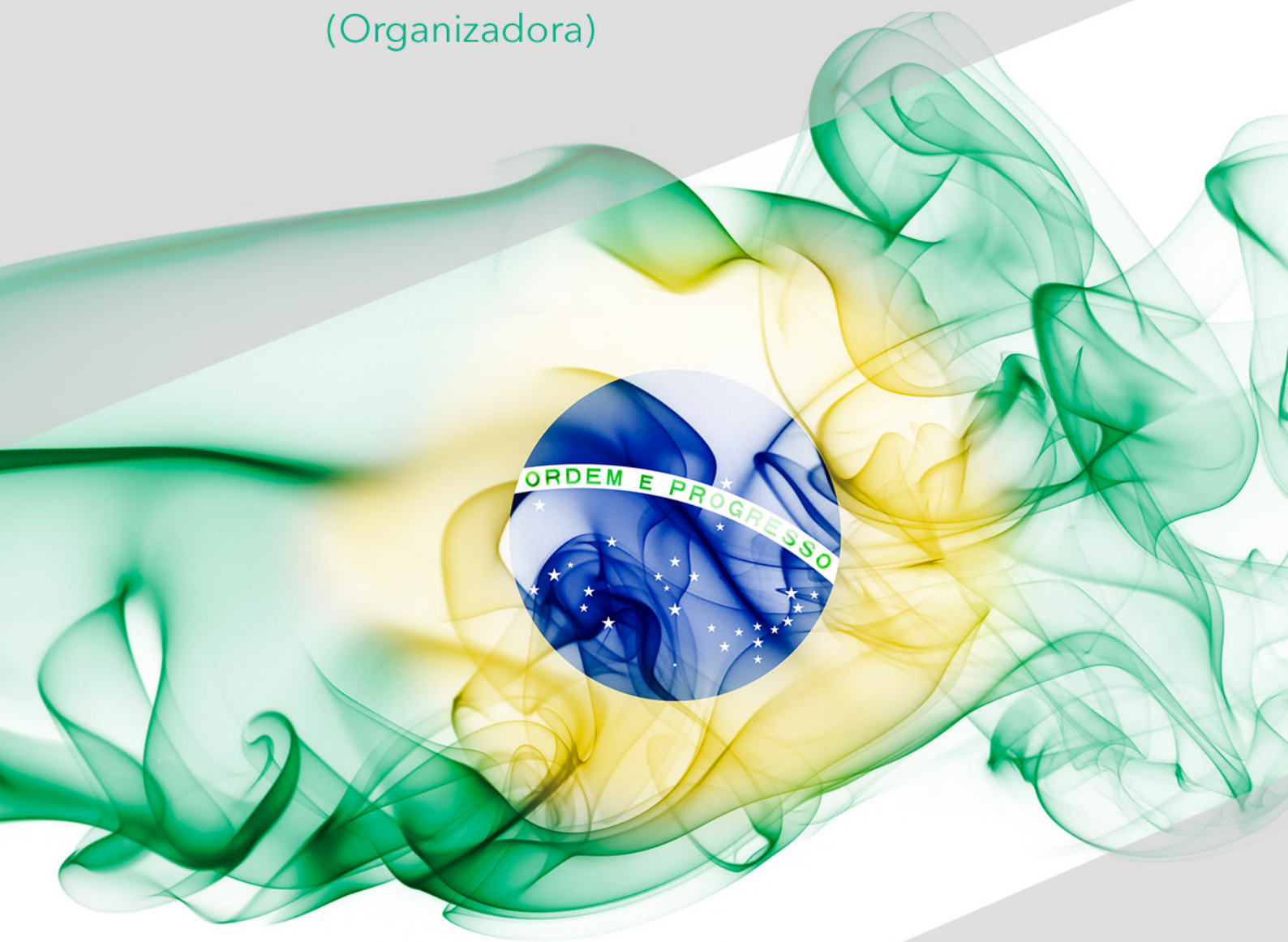


# Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico 5

Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora

Ano 2018

**Luciana Pavowski Franco Silvestre**  
(Organizadora)

**Políticas Públicas no Brasil: Exploração e  
Diagnóstico**  
**5**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 5 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-063-6

DOI 10.22533/at.ed.636192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.  
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,  
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO E AÇÕES NO PET-SAÚDE DA UFBA PARA PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	
<i>Márcia Santana Tavares</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6361922011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>10</b>
A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DE UMA COMARCA DO AGRESTE PERNAMBUCANO: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA NO JUDICIÁRIO	
<i>Mariana Lira de Menezes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6361922012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>20</b>
A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO COMO FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EM UM HOSPITAL PÚBLICO ADMINISTRADO POR ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE	
<i>Antônio Horácio Fernandes da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6361922013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>37</b>
A INSERÇÃO DO NEUROPSICÓLOGO EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TRATAMENTO DE INDIVÍDUOS COM TDAH	
<i>Maria Laís Costa Campos</i>	
<i>Roseanne Cristina Bressan Almeida</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6361922014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>47</b>
A LUTA PELO DIREITO À SAÚDE A PARTIR DO SURTO DE INFECÇÃO POR MICOBACTÉRIA	
<i>Maria Carlota de Rezende Coelho</i>	
<i>Rosangela Alvarenga Lima</i>	
<i>Silvia Moreira Trugilho</i>	
<i>Maristela Dalbello - Araujo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6361922015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>59</b>
A POLÍTICA DE SAÚDE BRASILEIRA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	
<i>Debora Holanda Leite Menezes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6361922016</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>70</b>
A REORIENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO CUIDADO DA MULHER NO CICLO GRAVÍDICO-PUÉRPERL NA PERSPECTIVA DA PROMOÇÃO DA SAÚDE: FERRAMENTAS PARA POTENCIALIZAR A CAPACIDADE DE ESCUTA DA MULHER E DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE	
<i>Cristiane Medeiros dos Santos</i>	
<i>Débora Holanda Leite Menezes</i>	
<i>Juan da Cunha Silva</i>	
<i>Neusa Iara Andrade dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6361922017</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 78**

AUDITORIA POR RESULTADOS: PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL E A FILOSOFIA DA MELHORIA CONTINUA

*Adriana Nascimento Santos Cartaxo*

**DOI 10.22533/at.ed.6361922018**

**CAPÍTULO 9 ..... 97**

CONTRIBUIÇÕES DO ENFERMEIRO PARA O EMPODERAMENTO DA GESTANTE NO PROCESSO DE PARTURIÇÃO NATURAL

*Mara Julyete Arraes Jardim*

*Andressa Arraes Silva*

*Lena Maria Barros Fonseca*

**DOI 10.22533/at.ed.6361922019**

**CAPÍTULO 10 ..... 109**

COTIDIANO DE MULHERES COM DOENÇA ARTERIAL CORONARIANA: UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

*Bruna da Silva Oliveira*

*Yana Thalita Barros de Oliveira Castro*

*Líscia Divana Carvalho Silva*

*Patrícia Ribeiro Azevedo*

*Andrea Cristina Oliveira Silva*

*Marli Villela Mamede*

**DOI 10.22533/at.ed.63619220110**

**CAPÍTULO 11 ..... 120**

DESAFIOS PARA A DESINTERNAÇÃO DE PORTADORES DE TRANSTORNO MENTAL EM CONFLITO COM A LEI

*Maria Laís Costa Campo*

*Greyce Kelly Cruz de Sousa França*

*Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues*

**DOI 10.22533/at.ed.63619220111**

**CAPÍTULO 12 ..... 130**

INTERNAÇÕES POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO BÁSICA 2009 A 2014: INSTRUMENTO DE AUXÍLIO PARA POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE NA REGIÃO NORDESTE

*Francilene Jane Rodrigues Pereira*

*Cesar Cavalcanti da Silva*

*Eufrásio de Andrade Lima Neto*

**DOI 10.22533/at.ed.63619220112**

**CAPÍTULO 13 ..... 139**

MOVIMENTO DE REFORMA PSQUIÁTRICA: VITÓRIA LEGAL E ENFRAQUECIMENTO DAS LUTAS SOCIAIS

*Rafael Britto de Souza*

*Isabella Nunes de Albuquerque*

*Claudia Teixeira Gadelha*

*Lúcio Flávio Gomes de Lima*

**DOI 10.22533/at.ed.63619220113**



**CAPÍTULO 14 ..... 148**

O DIÁLOGO NECESSÁRIO ENTRE AS POLÍTICAS DE SEGURIDADE SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO SERVIÇO DE TRANSPLANTE HEPÁTICO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO WALTER CANTÍDIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

*Fernanda Maia Gurjão*  
*Mariana Lima dos Reis*  
*Mariana Carla Saraiva Monteiro*  
*Maria de Fátima Sousa Lima de Carvalho*  
*Lucia de Fátima Rocha Bezerra Maia*

**DOI 10.22533/at.ed.63619220114**

**CAPÍTULO 15 ..... 158**

O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM HOSPITAIS JUNTO A IDOSOS E SEUS ACOMPANHANTES E A QUESTÃO DA SUA INSTRUMENTALIDADE

*Ana Paula Rocha de Sales Miranda*  
*Patrícia Barreto Cavalcanti*  
*Carla Mousinho Ferreira Lucena*

**DOI 10.22533/at.ed.63619220115**

**CAPÍTULO 16 ..... 166**

OFERTA E FINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE EM TERESINA- PIAUÍ

*Leila Leal Leite*

**DOI 10.22533/at.ed.63619220116**

**CAPÍTULO 17 ..... 177**

POLÍTICAS DE SAÚDE PARA GESTANTES USUÁRIAS DE CRACK: RESULTADOS EM SOBRAL-CE

*Leandro Fernandes Valente*  
*Antonia Sheilane Carioca Silva*  
*Andressa de Oliveira Gregório*  
*Heliandra Linhares Aragão*  
*Mônica dos Santos Ribeiro*  
*Patrícia Thays Alves Pereira*

**DOI 10.22533/at.ed.63619220117**

**CAPÍTULO 18 ..... 185**

PRECARIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE TRABALHO EM SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE EM FORTALEZA

*Jamyle Martins de Sousa*  
*Luana Pereira do Nascimento Lima*  
*Elane Cristina Matias Sousa*  
*Olney Rodrigues de Oliveira*  
*Lucia Conde de Oliveira*

**DOI 10.22533/at.ed.63619220118**

**CAPÍTULO 19 ..... 196**

REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS DA INTERDISCIPLINARIDADE NAS POLÍTICAS DE SAÚDE MENTAL

*Mayara Ceará de Sousa*  
*Herta Maria Castelo Branco Ribeiro*

**DOI 10.22533/at.ed.63619220119**

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>206</b>
RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS: UMA POLÍTICA PÚBLICA COMO EXPRESSÃO DA LUTA ANTIMANICOMIAL	
<i>Sâmia Luiza Coêlho da Silva</i>	
<i>Lucia Cristina dos Santos Rosa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63619220120</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>218</b>
TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS, DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO DO/DA ASSISTENTE SOCIAL	
<i>Thiago de Oliveira Machado</i>	
<i>Tatiane Valéria Cardoso dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63619220121</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>228</b>



## A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DE UMA COMARCA DO AGRESTE PERNAMBUCANO: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA NO JUDICIÁRIO

**Mariana Lira de Menezes**

Este artigo foi desenhado a partir de reflexões teóricas acerca da demanda colocada pelo judiciário para a Equipe Multidisciplinar de uma Comarca do interior, enquanto política pública, mas que diante da grande demanda de serviços, o imperativo pela produtividade, acaba tendo vários rebatimentos, seja na qualidade dos serviços, seja na saúde mental dos profissionais, em especial quando condições de trabalho não são adequadas.

Política Pública; Produtividade; Processo de trabalho; Condições de trabalho.

This article has been drawn from theoretical reflections about the demand placed by the judiciary for the Multidisciplinary Team of a District of the interior, while public policy, but that in the face of the great demand for services, the imperative for productivity, just having multiple impact, is the quality of the services, is the mental health professionals, in particular when working conditions are not suitable.

Public Policy; Productivity; work Process; working conditions.

### 1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva problematizar a demanda posta pelo judiciário à Equipe Multidisciplinar (EM) da Comarca de uma cidade do Agreste Pernambucano, enquanto política pública, analisando as condições de operacionalização, apontando assim algumas possibilidades.

Considerando política pública enquanto um conjunto de iniciativas e decisões governamentais diante de situações socialmente problemáticas, buscando a resolução das mesmas, entendemos a atuação da EM como um importante serviço para a garantia dos direitos, em especial, das crianças e adolescentes envolvidos nos Estudos Sociais realizados pela referida Equipe.

Sendo assim, abordaremos sobre o processo de implantação e implementação da EM; sobre a demanda colocada para a referida Equipe, acompanhada da lógica da produtividade; sobre o processo de trabalho que esta EM desenvolveu ao longo dos anos; pontuando alguns entraves para uma melhor operacionalização das atividades profissionais; apontando dessa forma algumas possibilidades.

## 2 | DESENVOLVIMENTO

Em junho de 2011, através de concurso público, tem-se início a implantação e implementação da Equipe Multidisciplinar da Comarca de uma cidade do agreste pernambucano.

A Equipe Multidisciplinar, vinculada à 2ª Vara Cível da Comarca desta cidade<sup>1</sup>, hierarquicamente vinculada ao Juiz/a, é composta por 02 profissionais, sendo um com formação em Serviço Social e outro com formação em Psicologia.

Ainda no período de implantação da referida Equipe, várias atividades precisaram ser realizadas simultaneamente, tendo em vista que uma Equipe, isto é, um serviço precisava ser estruturado (envolvendo atividades *gerenciais*, *administrativas* e *logísticas*, além das *atividades técnicas*); os profissionais, embora competentes e com várias experiências profissionais anteriores, não tinham a experiência de atuação no Judiciário, demandando algumas visitas e articulações profissionais aos diversos Núcleos da capital<sup>2</sup> das específicas temáticas para as devidas informações, orientações e aprofundamentos técnicos; o mapeamento e o conhecimento da rede de serviços local, tendo em vista que nenhum dos 02 profissionais da EM residem nesta cidade em que trabalham; além dos Estudos Sociais que, sob a ótica institucional, esta atividade indica ser a mais importante.

Então, nessa perspectiva em que várias atividades precisavam acontecer paralelamente às operacionalizações dos Estudos Sociais, progressivamente, vários instrumentais e procedimentos metodológicos foram sendo criados e estabelecidos, dentre os quais, o “*Controle Interno de Chegada e Saída dos Processos*”, planilha esta que fornece, dentre outras informações, a ordem cronológica de chegada dos Processos.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), tais Equipes tem a finalidade de atuar junto à criança e ao adolescente, no sentido de respaldar o juízo em suas tomadas de decisões, sendo assim nesta perspectiva que a referida Equipe vem atuando.

No período de Junho/2011 a Dezembro/2014, a Equipe Multidisciplinar recebeu 183 processos demandando a realização de Estudos Sociais. Destes, 93 Estudos Sociais já foram realizados, existindo uma demanda reprimida de, aproximadamente, 90 processos, de acordo com levantamento realizado em Janeiro de 2015.

Diante da grande demanda reprimida existente, identificada desde o início da implantação da Equipe Multidisciplinar, em reunião técnica da referida Equipe, foi pactuado que cada profissional ficaria responsável por um Processo<sup>3</sup>. Esta foi uma

---

1 Vara esta responsável por julgar questões referentes à infância e juventude.

2 Na capital, em virtude da grande demanda processual, existem Núcleos que trabalham com as temáticas específicas, como por exemplo, o que trabalha só com adoção, ou outro que trabalha só com guarda.

3 Esta divisão por *técnico responsável* foi pensada e proposta como estratégia para imprimir maior celeridade, porém de forma a não prejudicar a dimensão da interdisciplinaridade, garantindo a discussão entre a EM, em havendo a necessidade.

estratégia encontrada para dar maior celeridade ao andamento dos Processos. Celeridade esta não só esperada pelas Partes<sup>4</sup> envolvidas no Processo, mas também cobrada e exigida pelas instâncias superiores.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por sua vez, órgão criado pela Emenda Constitucional nº 45/2004, o qual compõe o Poder Judiciário, tem a competência de controlar e fiscalizar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos/as juízes/as, de acordo com a Constituição Federal. Tem assumido um papel de grande relevância. Entretanto, entendemos também que sua criação impôs ao Judiciário “uma dinâmica de movimentação processual que valoriza aspectos meramente quantitativos” (CFESS, 2014: 41), sintonizando o Judiciário com a lógica produtivista, do cumprimento de metas.

Essa lógica produtivista, própria de uma sociedade capitalista, ganha mais força numa sociedade que, além de ser levada a acreditar que os serviços privados são melhores do que os serviços públicos, em geral, acredita que a justiça é morosa.

Estas crenças, fortalecidas pela lógica neoliberal, rebatem diretamente nos profissionais que operacionalizam os Estudos Sociais (repercutindo, muitas vezes, na saúde mental desses trabalhadores), os quais, muitas vezes, não possuem as devidas condições de trabalho necessárias.

Faz-se também necessário problematizar no presente artigo sobre as reais possibilidades de atuação do profissional de Serviço Social numa Equipe Multidisciplinar de uma Comarca do Interior.

O Assistente Social, em seu cotidiano profissional, independentemente do espaço socioocupacional em que esteja inserido, ele trabalha diretamente com a **questão social**, entendendo-a como

“o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2000: 27).

Considerando, entretanto, o Assistente Social que atua no espaço socioocupacional do Poder Judiciário, ainda conforme pontua Iamamoto (2004: 283), este trabalha “com situações-limite que condensam a radicalidade das expressões da questão social [...]”, uma vez que a busca da proteção judicial, pelos sujeitos, acontece quando todos os demais recursos já foram esgotados.

Percebe-se então que, a atuação do Assistente Social extrapola a elaboração dos Estudos Sociais. Entretanto, em função do reduzido quantitativo de profissionais da referida EM e em função da grande demanda reprimida existente, a atuação profissional da Assistente Social fica, praticamente, restrita à elaboração dos Estudos Sociais demandados pelo juízo.

---

4 Termo jurídico que se refere aos sujeitos diretamente envolvidos no Processo.

### 3 | LEVANTAMENTO DAS DEMANDAS POSTAS PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS SOCIAIS PELA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

No início de 2015, foi realizado um levantamento estatístico referente ao *Assunto* de todos os 183 Processos que foram encaminhados à Equipe Multidisciplinar desta Comarca, para a realização de Estudo Social, desde a sua implantação e implementação, isto é, no período compreendido de Junho/2011 até Dezembro/2014, conforme a Tabela 1.

Assuntos dos Processos	2011	2012	2013	2014	Total
Guarda	06	14	30	07	57
Adoção <i>Intuitu Personae</i> <sup>1</sup>	03	10	13	04	30
Habilitação em Adoção	02	02	07	05	16
Acompanhamento do Estágio de Convivência <sup>2</sup>	-	-	02	01	03
Medida de Proteção	01	01	14	09	25
Carta Precatória <sup>3</sup>	-	04	01	04	09
Vara Criminal	-	01	01	-	02
Perda, suspensão ou restabelecimento do poder familiar	-	-	04	-	04
Boletim de Ocorrência (MP <sup>4</sup> )	-	-	01	-	01
Negativa de Paternidade	01	-	02	-	03
Busca e Apreensão de Menor	-	-	03	-	03
Ação de Medida Cautelar preparatória de visitas	-	-	01	-	01
Ação de Acolhimento Institucional (MP)	-	-	01	-	01
Tutela e Curatela	-	-	02	-	02
Extinção do Poder Familiar e Abrigamento (MP)	-	-	01	-	01
Abuso Sexual	-	02	01	-	03
Alienação Parental	-	-	01	-	01
Interdição	-	-	01	01	02
Regulamentação de Visitas	-	02	01	-	03
Medida Socio-Educativa – Liberdade Assistida	01	-	-	-	01
Anulação de Registro Civil	01	-	-	-	01
Tráfico e Uso de Drogas	02	01	-	-	03
Estupro	01	-	-	-	01
Família – Tutela	-	01	-	-	01
Maus tratos	-	01	-	-	01
Procedimento Ordinário	-	02	-	-	02
Extinção do Poder Familiar	-	-	-	01	01
Suspensão e Destituição do Poder Familiar	-	-	-	01	01
Substituição de Curatela	-	-	-	01	01
<b>Total de Processos</b>	<b>18</b>	<b>44 (-3)</b>	<b>87</b>	<b>34</b>	<b>183</b>

Tabela 1 - Processos encaminhados para realização de Estudo Social pela Equipe Multidisciplinar, no período entre 2011 e 2014, distribuídos por Assunto e Quantidade.

Fonte: Planilha “Controle Interno de Chegada e Saída dos Processos”.

**OBS.:** Em 2012, a Equipe Multidisciplinar recebeu 44 processos, entretanto, os Processos Nº 26 (União estável > Dissolução), Nº 48 (Adoção *Intuitu Personae*), e Nº 53 (Substituição de Curador) foram subtraídos da Planilha por motivos outros.

A grande maioria desses processos é demandada pela 2ª Vara Cível (vara que responde pelos processos da Infância e Juventude), a qual a Equipe Multidisciplinar está vinculada. Ressalta-se, entretanto, que juízes de outras Varas do Fórum, como da 1ª Vara (de Família) e da Vara Criminal, quando tem Processos que envolvem crianças e/ou adolescentes, que sentem a necessidade de um Estudo Social, eles assim o demandam. Alguns Processos já chegam direcionados ao Psicólogo da EM, tendo em vista ser a demanda processual por uma *avaliação psicológica*, ou estudo afim.

Analisando a Tabela 1, identifica-se a diversidade de Assuntos/temas que é exigido dos profissionais para o desempenho de suas atividades profissionais, considerando, especialmente, a elaboração dos Estudos Sociais. Além desta diversidade de Assuntos, tem-se ainda os *temas transversais* que perpassam vários casos estudados, como gênero, família, violência doméstica, alienação parental, saúde mental, dependência química, tráfico humano, dentre outros. Sem esquecer da leitura do conteúdo específico de Serviço Social. Dessa forma, é exigido do profissional a leitura e o domínio de vários assuntos, de várias políticas, demandas estas que, por sua vez, interferem no tempo de elaboração e conclusão de um Estudo Social, rebatendo na questão da produtividade.

Conforme já exposto, do total dos 183 Processos demandando a realização de Estudos Sociais no período entre Junho/2011 e Dezembro/2014, 93 foram realizados; e deste total, 54 foram realizados pela Assistente Social, de acordo com a Tabela 2, a qual também vem evidenciar, além do quantitativo dos Estudos Sociais realizados, a diversidade de Assuntos/temas demandados ao profissional.

<b>Assuntos dos Processos</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Total</b>
Guarda	-	06	03	05	14
Adoção <i>Intuitu Personae</i>	-	-	04	07	11
Habilitação em Adoção	-	-	-	04	04
Medida de Proteção	-	-	02	03	05
Carta Precatória	-	-	04	03	07
Tráfico e Uso de Drogas	02	01	-	-	03
Anulação do Registro Civil	01	-	-	-	01
Negativa de Paternidade	01	-	-	-	01
Família - Tutela	-	01	-	-	01
Medida Socio-Educativa – Liberdade Assistida	-	01	-	-	01
Perda ou Suspensão ou Restabelecimento de Guarda	-	-	01	-	01
Processos respondidos através de Ofícios	-	-	03	-	03
Extinção do Poder Familiar	-	-	-	01	01
Regulamentação de Visitas	-	01	-	-	01
<b>Total de Processos</b>	<b>04</b>	<b>10</b>	<b>17</b>	<b>23</b>	<b>54</b>

Tabela 2 - Estudos Sociais realizados pela Assistente Social da Equipe Multidisciplinar, no período entre Junho/2011 e Dezembro/2014, distribuídos por Assunto e Quantidade.

Fontes: Demonstrativo de “Estudos Sociais Concluídos em 2011”; Demonstrativo de “Estudos Sociais Concluídos em 2012”; Demonstrativo de “Estudos Sociais Concluídos em 2013”; Demonstrativo de “Estudos Sociais Concluídos em 2014”.

**OBS.:** O 1º Estudo Social realizado pela Equipe Multidisciplinar, referente a uma *Adoção Intuitu Personae*, foi realizado conjuntamente pela Assistente Social e pelo Psicólogo. Este Estudo não está contabilizado na referida estatística.

#### 4 | O PROCESSO DE TRABALHO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Sobre o *processo de trabalho* da EM, entendemos este enquanto “um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas” (GUERRA, 2012). Foi então, nesse processo que a referida EM construiu, ao longo dos anos, o seu próprio *processo de trabalho*, delineando também, sua *metodologia de trabalho*.

Como anteriormente exposto, a atuação profissional da Assistente Social da EM está voltada para a elaboração de Estudos Sociais, atividade esta que, conforme Fávero (2007), sempre caracterizou o exercício profissional do assistente social no Poder Judiciário.

Dessa forma, quando o/a juiz/a identifica a necessidade e então, solicita a realização de Estudo Social em relação a algum processo que envolva criança e adolescente, o referido processo é encaminhado da Secretaria da 2ª Vara (onde constam os processos que estão em andamento), para a Equipe Multidisciplinar onde, por sua vez, é distribuído entre os profissionais que compõe a Equipe, isto é, entre a Assistente Social e o Psicólogo<sup>5</sup>.

Vale ressaltar que esta distribuição entre os profissionais da Equipe Multidisciplinar acontece enquanto estratégia profissional para dar maior celeridade ao andamento dos Processos, porém com os devidos cuidados para que a dimensão da interdisciplinaridade não venha prejudicar a leitura da realidade, interferindo assim, de forma negativa, no processo de elaboração do Estudo Social.

Dessa forma, quando o caso que está sendo estudado apresenta maior grau de complexidade, demandando assim uma leitura interdisciplinar, a referida Equipe sempre está discutindo/problematizando os casos; e/ou quando necessário com Equipes Multidisciplinares de outras abrangências/comarcas.

Quando se tem início o Estudo Social do Processo, primeiro, é realizada a *leitura crítica dos Autos* objetivando entender o contexto da demanda processual. Em seguida, é realizado o *planejamento das ações com definição das estratégias* a serem realizadas.

Diante da particularidade de cada caso, após a leitura inicial dos Autos, e após o primeiro contato com a realidade objetiva dos sujeitos envolvidos nas Ações Processuais, é que são avaliadas a necessidade de outras intervenções profissionais, podendo ser novas visitas domiciliares, visitas institucionais ou articulações com a

---

5 Alguns Processos são encaminhados diretamente para o Psicólogo, tendo em vista a demanda ser para uma *avaliação psicológica*, ou algo afim.



rede de serviços públicos, por exemplo.

Após todas as intervenções profissionais realizadas, e todas as informações coletadas, depois de identificada a complexidade do caso, tem-se então o início da elaboração do material que será encaminhado ao juiz.

De acordo com a complexidade dos casos, o profissional identifica se o caso exige um laudo social, um parecer social, ou um relatório social. Na maioria dos casos estudados na referida Comarca, as solicitações dos juízes (as quais geralmente são para Estudos Sociais) são respondidas através de Pareceres Sociais.

Então, estes Estudos Sociais, após a leitura crítica dos autos, e após a aproximação da realidade objetiva dos sujeitos envolvidos, indicam o formato que a realidade exige (se relatório social, parecer social ou laudo social), de forma que consigamos dar o devido respaldo ao juízo para as devidas decisões.

Vale ressaltar que a processualidade de um Estudo Social, envolvendo todas as intervenções profissionais necessárias, a qual resulta, geralmente, num Parecer Social, é algo minucioso, que exige o seu tempo de execução, principalmente quando se encontram situações outras que interferem na questão central solicitada pelo Juízo. A construção de um Parecer Social não é algo rápido, exigindo o seu tempo de construção, de elaboração.

Geralmente, devido ao comprometimento, à tensão e à atenção que a elaboração de um Estudo Social demanda, a Assistente Social da referida Equipe realiza um Estudo Social de cada vez; em alguns casos, fica com dois Estudos Sociais em andamento.

Por fim, quando o processo do Estudo Social está concluído, o produto final (isto é, o Parecer Social) é então entregue no *Setor de Distribuição*, para que este Setor dê entrada no Sistema<sup>6</sup> e então encaminhe o Parecer Social para a Vara solicitante<sup>7</sup>.

## 5 | ALGUNS ENTRAVES QUE INTERFEREM NA PROCESSUALIDADE DOS ESTUDOS SOCIAIS

A EM desta Comarca do agreste pernambucano encontra em seu cotidiano profissional algumas dificuldades que interferem na processualidade, e conseqüentemente, no período necessário para a conclusão dos Estudos Sociais.

Considerando o *processo de trabalho* e a *metodologia de trabalho* anteriormente mencionadas, além da diversidade de temas demandados, soma-se o fato de a referida Equipe não possuir transporte institucional para realização das atividades externas (visitas domiciliares e/ou visitas institucionais) necessárias para a aproximação da realidade objetiva do sujeito.

\_\_\_\_\_ Diante desta limitação, a EM tem recorrido a articulações, as quais não estão

6 Este trata-se de um sistema informatizado do próprio Tribunal de Justiça de Pernambuco.

7 A Equipe Multidisciplinar está vinculada à 2ª Vara, sendo desta Vara a maioria dos Processos recebidos; entretanto, alguns processos são oriundos de outras Varas desta Comarca (1ª Vara e Criminal), quando os casos envolvem crianças e adolescentes e que os juízes entendem a necessidade de um Estudo Social.



formalizadas, com o Poder Executivo Municipal<sup>8</sup> para a disponibilização de um transporte que, geralmente, quando possível, a disponibilidade é apenas para um determinado dia na semana e por um determinado período do dia. Quando não é possível a realização da visita domiciliar naquele dia da semana, é então reprogramada para a próxima semana, caso haja também a disponibilidade de transporte.

Ressalta-se que, as visitas domiciliares, em especial, de acordo com Mioto (2001), são técnicas que objetivam o conhecimento das condições em que vivem os sujeitos, que possibilitam também a apreensão dos aspectos do cotidiano das suas relações, aspectos estes que muitas vezes não são percebidos/identificados quando as entrevistas acontecem no espaço institucional.

É justamente por considerar a relevância da referida técnica, que a profissional desta EM insiste em incluí-la na elaboração do Estudo Social.

Entretanto, em algumas épocas a EM desta Comarca ficou sem previsão de possibilidade para articular transporte com o Poder Municipal<sup>9</sup>. Nestas situações, embora considerando a relevância das visitas domiciliares, a EM precisou alterar sua forma de trabalho convidando a/s pessoa/s envolvida/s e necessária/s para a realização das entrevistas na Sala da EM.

## 6 | CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto no presente artigo, fica evidente que alguns dilemas precisam ser enfrentados.

A definição do processo de trabalho, da metodologia de trabalho, com seu fluxograma, instrumentos e técnicas estão em constante movimento, de acordo com os objetivos da ação profissional. Tais redefinições, entretanto, também dependem da competência teórico-metodológica do profissional de Serviço Social.

De acordo com Mioto (2001), a competência teórico-metodológica refere-se à base de conhecimentos que o assistente social possui para a elaboração do Estudo Social. E, conforme já pontuado, a atuação profissional do Assistente Social da EM está praticamente voltada para a elaboração de Estudos Sociais, processo este que tem sua dinâmica própria de execução. Entretanto, a atuação profissional está além da realização do Estudo Social e emissão do Parecer Social.

Como coloca Iamamoto (2004), por sua vez, o Assistente Social não trabalha com fragmentos da vida social, mas com indivíduos sociais que se constituem em sociedade, envolvendo condições objetivas e subjetivas.

Nesta perspectiva, embora o Assistente Social viva diante do constante tensionamento entre a grande demanda reprimida para realização dos Estudos Sociais

---

8 Que, por sua vez, também tem suas dificuldades para emprestar transporte, diante da demanda de serviços.

9 Geralmente, em épocas que coincidem com períodos eleitorais, e/ou com início e/ou término de gestão municipal.

e a “cobrança”<sup>10</sup> pela produtividade, não consegue, nem deve, apenas limitar-se a identificar o caso (de fortes indícios de alienação parental, por exemplo), constatando a seriedade do caso, sem intervir, sem articular com a rede, nem encaminhar.

Enquanto Assistente Social, servidora pública, representante do Estado, entendemos, conforme Miotto (2008), que este tem a função legal de garantir o bem-estar coletivo através da concretização de políticas sociais, que implicam na articulação de uma complexa rede de recursos institucionais, políticos e econômicos.

Além de tais procedimentos, alguns dos casos também demandariam, ao menos por determinado período, de *acompanhamento profissional*. Porém, diante do quantitativo de profissionais da EM, da grande demanda processual reprimida, atualmente, a referida Equipe não possui condições de incorporar mais esta demanda à sua prática profissional, embora reconheça a grande relevância de acompanhar os casos, de acompanhar os desdobramentos dos encaminhamentos que foram realizados no decorrer do processo de elaboração do Estudo Social.

Uma alternativa apontada refere-se à ampliação da referida Equipe Multidisciplinar com a convocação de mais profissionais (assistentes sociais e psicólogos), ampliando-a quantitativamente, implicando conseqüentemente em redefinições do *processo de trabalho e na metodologia de trabalho*.

Estas redefinições da metodologia teriam rebatimentos tanto nas questões *qualitativas* referentes aos sujeitos envolvidos nas ações, como na questão *quantitativa*.

Outra questão importante refere-se à aquisição de um transporte institucional para a realização das atividades externas, muito embora que, com dificuldade, a EM tenha conseguido articular com o Poder Executivo Municipal local.

Por fim, acreditamos que os magistrados, servidores e usuários precisam compreender que o trabalho desenvolvido pela referida Equipe Multidisciplinar é um trabalho minucioso, comprometido com a qualidade, que demanda o seu tempo, e que envolve várias outras ações.

Dessa forma, entendemos que a elaboração de um Estudo Social não pode ser feita de maneira aligeirada de forma a comprometer a ética e a integridade do usuário.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Emenda Constitucional N° 45**, de 2004 Site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2004/emendaconstitucional-45-8-dezembro-2004-535274-publicacaooriginal-22987-pl.html>

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** (ECA). Brasília. 1990.

CFESS. **Atuação dos Assistentes Sociais no Sociojurídico**: Subsídios para reflexão. Brasília – DF, 2014.

10 Essa cobrança vem de várias formas, podendo ser através da fala do Juiz e/ou Chefe de Secretaria sinalizando que a EM está demorando muito para concluir os Estudos Sociais, solicitando maior agilidade; ou estipulando prazos para conclusão dos Estudos Sociais; ou através de advogados (representantes de algumas das Partes) que, não satisfeitos com a demora, chegam a ameaçar denunciar os profissionais na Ouvidoria.

FAVERO, E. T.. O Estudo Social: fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária *In* CFESS (Org.). **O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos**: contribuição ao debate no judiciário, no penitenciário e na previdência social. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social**. 2012 Mimeo.

IAMAMOTO, M. V.. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. Ed. São Paulo, Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M.V.. Questão Social, Família e Juventude: desafios do trabalho da assistente social na área sociojurídica *In* SALES, M.A.; MATOS, M.C.; LEAL, M.C.(Org.). **Política Social, Família e Juventude**: Uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

MIOTO, R.C.T.. Família e Políticas Sociais *In* BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.R.; SANTOS, S.M.M.; MIOTO, R.C.T. (Org.). **Política Social no Capitalismo**: Tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

MIOTO, R.C.T.. Perícia Social: proposta de um percurso operativo *In* **Serviço Social & Sociedade**, ano XXII, Nº 67, São Paulo, Cortez Editora.

(Footnotes)

1 “É a adoção na qual a família biológica entrega a criança ou adolescente não aos cuidados do Estado, para que este cuide dos trâmites da adoção, mas sim, a entrega à pessoa determinada, com o intuito de que a criança seja por tal indivíduo assistida durante sua vida, ou seja, efetivamente adotada”. ([http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=9265](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9265))

2 O Estágio de Convivência é uma das etapas do processo de adoção através do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), em que o juiz autoriza que a criança ou adolescente conviva por um período com os adotantes, para avaliar o processo de construção dos laços afetivos.

3 Cartas Precatórias são, em linguagem comum, processos que são demandados de outras comarcas; isto é, quando uma das Partes envolvidas, que precisa ser escutada, reside em outra cidade, encaminha-se uma Carta Precatória para a cidade onde a Parte está morando para que esta seja ouvida. Geralmente, os Estudos Sociais das Cartas Precatórias tem prioridade.

4 Ministério Público (MP).

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-063-6

